

# Conversa telefônica dá início a entendimento

por Paulo Sotero  
de Washington

Uma conversa telefônica entre o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, no sábado passado, pode ter colocado a renegociação da dívida oficial do Brasil no rumo de uma solução. Funcionários de diferentes áreas do governo americano trabalham desde o fim de semana no assunto. Na quinta-feira passada, Funaro esteve durante uma hora e meia com Paul Volcker, o presidente do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, em Washington. No dia seguinte, ele disse a banqueiros que visitou em Nova York, e, depois, a um grupo de jornalista, que deixara o encontro com Volcker confiante de que o Clube de Paris aceitará renegociar a dívida oficial sem exigir um monitoramento da economia do País pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que vá além da visita anual prevista no artigo 4º do convênio constitutivo da instituição.

O próprio Funaro tomou, porém, o cuidado de salientar o ineditismo deste tipo de acordo (tradicionalmen-

te, o Clube de Paris exige um envolvimento mais pesado do FMI). No mesmo espírito, ele ainda fez uma ressalva: "Mas isso é muito mais área do Tesouro do que do Federal Reserve", afirmou.

Perguntado se, neste caso, voltaria a Washington no sábado para conversar com o secretário do Tesouro, Funaro não descartou a possibilidade. Na realidade, o ministro não voltou a Washington no sábado. Mas conversou com James Baker pelo telefone. Uma fonte oficial americana bem situada disse ontem a este jornal que diferentes áreas do governo trabalham para montar uma fórmula que torne o acordo de renegociação possível mas, ao mesmo tempo, proteja o papel das instituições multilaterais. O Departamento do Tesouro, sabe-se, gostaria de ver preservada uma presença mais forte do FMI. O Federal Reserve e o Departamento de Estado têm uma posição mais flexível. Indagado por este jornal, na última quinta-feira, o vice-secretário de Estado, John Whitehead, evitou comentar o assunto alegando que o Departamento de Estado não estava diretamente envolvido.